

STJ00115905

FLÁVIA PIOVESAN

TEMAS DE DIREITOS HUMANOS

Prefácio de Fábio Konder Comparato

12ª edição
revista e atualizada
2023

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Deborah Caetano de Freitas Viadana

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
 Daniela Nogueira Secondo
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação SBNigri Artes e Textos Ltda.

Revisão Carmem Becker

Capa Tiago Dela Rosa

Imagem de capa O sementeiro (segundo Millet)
 Vincent Van Gogh
 Artes, junho de 1888

Óleo sobre tela, 64 x 80,5 cm

Ottarlo, Rijksmuseum Kröller-Müller

Produção gráfica Marl Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Vox Gráfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR - CRB-8/9849

P6621

Plovesan, Flávia

Temas de direitos humanos / Flávia Plovesan. --
12 ed. -- São Paulo: SaraivaJur, 2022.

720 p.

ISBN 978-65-5559-965-7 (Impresso)

Direito. 2. Direitos humanos. 3. Direito
Internacional. 4. Sistema Interamericano de
Proteção dos Direitos Humanos. 5. Tratados
Internacionais. I. Título.

2022-2551

CDD 341.4

COU 341.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos Humanos

341.4

Data de fechamento da edição: 19-10-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.brNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA

2304

CL

008198

CAE

812447

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> – Fábio Konder Comparato	V
<i>Nota à 12ª edição</i>	IX
<i>Nota à 11ª edição</i>	XI
<i>Nota à 10ª edição</i>	XIII
<i>Nota à 9ª edição</i>	XV
<i>Nota à 8ª edição</i>	XIX
<i>Nota à 7ª edição</i>	XXI
<i>Nota à 6ª edição</i>	XXV
<i>Nota à 5ª edição</i>	XXIX
<i>Nota à 4ª edição</i>	XXXIII
<i>Nota à 3ª edição</i>	XXXV
<i>Nota à 2ª edição</i>	XXXIX
<i>Nota à 1ª edição</i>	XLIII

PARTE I

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO BRASILEIRO

Capítulo 1

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1. Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos: Gênese e Principiologia	3
2. O Estado Brasileiro em face do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos	12
3. A Incorporação dos Tratados Internacionais de Proteção de Direitos Humanos pelo Direito Brasileiro	14
4. O Impacto dos Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos na Ordem Jurídica Brasileira	27
5. Considerações Finais.....	34

Capítulo 2

O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E A REDEFINIÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

1. O Movimento de Internacionalização dos Direitos Humanos	35
--	----

2. O Direito Internacional dos Direitos Humanos e o seu Impacto no Direito Brasileiro.....	39
3. A Redefinição da Cidadania no Brasil	44

Capítulo 3

BRASIL E O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução	46
2. Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: Origem, Perfil e Objetivos	46
3. Impacto do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos na Experiência Latino-Americana	50
4. Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas.....	72

Capítulo 4

SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS: IMPACTO TRANSFORMADOR E DIÁLOGOS JURISDICIONAIS

1. Introdução	78
2. Impacto Transformador do Sistema Interamericano no Contexto Latino-Americano	79
3. O Empoderamento do Sistema Interamericano Mediante a Efetividade do Diálogo Jurisdicional e Crescente Legitimação Social..	81
4. Desafios do Sistema Interamericano, Agenda de Reformas e a Pavimentação de um "Ius Commune Latino-Americano em Direitos Humanos"	89

Capítulo 5

DIREITOS HUMANOS E DIÁLOGO JURISDICIONAL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

1. Introdução	94
2. Emergência de um Novo Paradigma Jurídico: da Hermética Pirâmide Centrada no <i>State Approach</i> à Permeabilidade do Trapézio Centrado no <i>Human Rights Approach</i>	95
3. Diálogo Jurisdicional em Matéria de Direitos Humanos	100
4. Diálogo entre Jurisdições e Controle de Convencionalidade: Desafios para o <i>Ius Commune</i> Latino-Americano em Matéria de Direitos Humanos	103

PARTE II

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL
DOS DIREITOS HUMANOS

Capítulo 6

O VALOR JURÍDICO DOS TRATADOS E SEU IMPACTO
NA ORDEM INTERNACIONAL

1. Introdução	111
2. O Valor Jurídico dos Tratados Internacionais.....	111
2.1. O conceito de tratados.....	111
2.2. O processo de formação dos tratados.....	113
2.3. Os tratados internacionais na Constituição brasileira de 1988: o processo de formação dos tratados, a sistemática de incorporação e a hierarquia.....	115
3. Impacto Jurídico dos Tratados na Ordem Internacional.....	118

Capítulo 7

PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: DESAFIOS DOS SISTEMAS GLOBAL,
REGIONAL E SUL-AMERICANO

1. Introdução	124
2. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos e os Direitos Sociais	125
3. A Proteção dos Direitos Sociais no Sistema Global	129
4. A Proteção dos Direitos Sociais no Sistema Regional Interamericano	141
5. A Proteção dos Direitos Sociais no Âmbito Sul-Americano: Desafios do <i>lus Commune</i>	149

Capítulo 8

DIREITO AO DESENVOLVIMENTO:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

1. Introdução	160
2. A Construção dos Direitos Humanos e o Direito ao Desenvolvimento.....	160
3. Direito ao Desenvolvimento: Desafios e Perspectivas	167

Capítulo 9

EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Flávia Plovesan e Victorlana Gonzaga

1. Introdução	178
2. Direito Internacional dos Direitos Humanos: Os Processos de Internacionalização dos Direitos Humanos e de Humanização do Direito Internacional	180
3. Princípios da ONU referentes a Empresas e Direitos Humanos e o Direito Internacional dos Direitos Humanos	185
3.1. Densificar o alcance e o sentido do pilar “respeitar” endereçado às empresas à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos	196
3.2. Promover uma interpretação sistemática e integral do Direito Internacional dos Direitos Humanos, de modo a incluir o dever das empresas de prevenir violações e promover direitos humanos	202
4. Empresas e Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas à Luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos	204

Capítulo 10

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Introdução	207
2. Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos.....	207
3. Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos e Propriedade Intelectual.....	212
4. Direitos Humanos e Propriedade Intelectual: Desafios e Perspectivas.....	228

Capítulo 11

A ERA (PÓS)DIGITAL: O PAPEL DOS SISTEMAS DE JUSTIÇA COMO GARANTIDORES DE DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DAS NOVAS E EMERGENTES TECNOLOGIAS

Flávia Plovesan e Letícia Quixadá

1. Introdução	231
2. As novas e emergentes tecnologias e os impactos nos direitos humanos.....	233

3. Os desafios de regulação e o papel dos sistemas de justiça	240
4. Desafios contemporâneos do STF e perspectivas de atuação	245
5. Considerações finais	247

Capítulo 12

O DIREITO DE ASILO E A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS

1. Introdução	248
2. O Art. 14 da Declaração Universal de 1948: o Direito de Asilo.....	249
3. O Direito de Asilo e a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados.....	250
4. A Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados e a Concepção Contemporânea de Direitos Humanos.....	255
5. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos dos Refugiados.	258
6. A Responsabilidade do Estado na Concessão de Asilo.....	263
7. As Diferenças entre o Instituto Internacional do Refúgio e o Instituto Latino-Americano do Asilo.....	266
8. Direitos Humanos dos Refugiados: Desafios e Perspectivas Contemporâneas	269
9. Conclusões	271

Capítulo 13

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O DIREITO BRASILEIRO

Flávia Plovesan e Daniela Ribeiro Ikawa

1. Introdução	275
2. Precedentes Históricos	276
3. Estrutura e Jurisdição do Tribunal Penal Internacional	281
4. A Relação entre o Tribunal Penal Internacional e os Estados-partes: os Princípios da Complementaridade e da Cooperação...	285
5. A Relação entre o Tribunal Penal Internacional e o Conselho de Segurança das Nações Unidas	295
6. O Estatuto de Roma e a Constituição Brasileira de 1988.....	298
6.1. Prisão perpétua	300
6.2. Imunidades.....	304
6.3. Entrega de nacionais.....	308
6.4. Reserva legal	309
7. Conclusão.....	310

Capítulo 14**DIREITOS HUMANOS EM FACE DO TERRORISMO
DE BASE RELIGIOSA****Flávia Piovesan e Melina Girardi Fachin**

1. Introdução	313
2. Processo de Internacionalização dos Direitos Humanos e o Impacto do Terrorismo	315
3. Combate ao Terrorismo e Direitos Humanos	322
4. Desafios e Perspectivas para o Enfrentamento do Terrorismo de Base Religiosa sob a Ótica do Direito Internacional dos Direitos Humanos	325
5. Conclusão	338

PARTE III**DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE****Capítulo 15****IGUALDADE, PROIBIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO
E AÇÕES AFIRMATIVAS**

1. Introdução	343
2. Igualdade, Proibição da Discriminação e Ações Afirmativas no Direito Internacional dos Direitos Humanos	343
3. Ações Afirmativas: Desafios Contemporâneos	352

Capítulo 16**AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

1. Introdução	358
2. Direito à Igualdade e Direito à Diferença: Sistema Especial de Proteção dos Direitos Humanos	358
3. Direito Brasileiro e Ações Afirmativas	365
4. Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas	369

Capítulo 17**DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR
E IMPACTO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS**

1. Introdução	372
---------------------	-----

2. Direitos Humanos, Diversidade Étnico-Racial e Constitucionalismo Transformador Latino-Americano	373
3. Direitos Humanos, Diversidade Étnico-Racial e Impacto do Sistema Interamericano	379
4. Fortalecimento da Proteção dos Direitos Humanos sob a Perspectiva Étnico-Racial: Potencialidades e Desafios.....	387

Capítulo 18

OS DIREITOS HUMANOS DA MULHER NA ORDEM INTERNACIONAL

1. Introdução	395
2. O Processo de Especificação do Sujeito de Direito	395
3. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.....	396
4. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”).....	402
5. Conclusão.....	407

Capítulo 19

LITIGÂNCIA INTERNACIONAL E AVANÇOS LOCAIS: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A LEI “MARIA DA PENHA”

1. Introdução	408
2. Processo de Democratização, Movimento de Mulheres e a Constituição Brasileira de 1988.....	409
3. Agenda Feminista na Consolidação Democrática: Direitos Humanos das Mulheres e Reinvenção do Marco Normativo no Pós-1988.....	413
4. Violência contra a Mulher e o Caso Maria da Penha.....	416
5. Litigância Internacional e Avanços Locais: a Lei “Maria da Penha”....	421
6. Conclusão.....	425

Capítulo 20

INTEGRANDO A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA DOCTRINA JURÍDICA BRASILEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

1. Introdução	430
2. Integrando a Perspectiva de Gênero na Doutrina Jurídica Brasileira: Obstáculos e Desafios.....	431

2.1	Os anacronismos da ordem jurídica brasileira e a urgência de seu saneamento	431
2.2	O perfil conservador dos agentes jurídicos e a urgência de mudanças no ensino jurídico	433
3.	Integrando a Perspectiva de Gênero na Doutrina Jurídica Brasileira: Possibilidades e Perspectivas	435
3.1.	A necessidade de criar uma doutrina jurídica sob a perspectiva de gênero	435
3.2.	O estudo do impacto dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos da mulher na ordem jurídica nacional	437
3.3.	Estratégias para a advocacia dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos da mulher.....	439
4.	A Urgência da Mudança de Paradigmas.....	440

Capítulo 21

PROIBIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS SISTEMAS REGIONAIS EUROPEU E INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1.	Introdução	441
2.	O Direito à Diferença à Luz da Concepção Contemporânea de Direitos Humanos	441
3.	Proteção dos Direitos à Diversidade Sexual no Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos	443
4.	Proteção dos Direitos à Diversidade Sexual nos Sistemas Regionais Europeu e Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.....	447
5.	Conclusões	459

Capítulo 22

OS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO DIREITO INTERNACIONAL E NO DIREITO INTERNO

Flávia Piovesan e Wilson Ricardo Buquetti Pirota

1.	Introdução	462
2.	A Proteção Internacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.....	463
3.	A Proteção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes no Direito Brasileiro	466

3.1. Os principais direitos humanos garantidos às crianças e aos adolescentes pela legislação brasileira	468
3.1.1. Dos Direitos à Vida e à Saúde	468
3.1.2. Dos Direitos à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade ..	471
3.1.3. Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária	472
3.1.4. Dos Direitos à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.....	473
3.1.5. Dos Direitos à Profissionalização e à Proteção no Trabalho	475
4. Considerações Finais.....	477

Capítulo 23

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

**Flávia Piovesan, Beatriz Pereira da Silva
e Heloisa Borges Pedrosa Campoli**

1. Introdução	479
2. A Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência nas Constituições Brasileiras	479
3. A Proteção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência ..	482
4. O Poder Legislativo e a Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	486
5. O Poder Executivo e a Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.....	487
6. O Poder Judiciário e a Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	488
7. O Acesso à Justiça e as Pessoas com Deficiência	494
8. Conclusão	497

Capítulo 24

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS IDOSAS

Flávia Piovesan e Akemi Kamimura

1. Introdução	499
2. Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas no Sistema ONU	500
3. Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas no Sistema OEA: a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas	515
4. Considerações Finais	517

PARTE IV

DIREITOS HUMANOS, ESTADO
E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Capítulo 25

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA
CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA

1. Introdução	521
2. Delineando o Perfil Constitucional do Estado Brasileiro	521
3. Desvendando os Contornos Jurídicos da Cidadania	528
3.1. A concepção contemporânea de cidadania	528
3.2. A Constituição brasileira de 1988 e a concepção contemporânea de cidadania	530
4. A Responsabilidade do Estado no Processo de Consolidação da Cidadania	533
5. A Política Nacional de Proteção dos Direitos Humanos	536
6. Conclusões	540

Capítulo 26

A FORÇA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS
FUNDAMENTAIS: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**Flávia Piovesan e Renato Stanzola Vieira**

1. Introdução	543
2. O Panorama Atual do Direito Constitucional Brasileiro	544
3. Os Princípios e sua Relação com o Direito	547
4. A Evolução da Tratativa dos Princípios Jurídicos	550
5. A Atual Hermenêutica Constitucional: a Concretização	558
6. Os Princípios, os Valores e as Regras	563
7. O Princípio Constitucional Fundamental da Dignidade da Pessoa Humana	568
8. Conclusões	571

Capítulo 27

PODER JUDICIÁRIO E DIREITOS HUMANOS

1. Introdução	576
2. O Direito à Proteção Judicial no Marco dos Direitos Humanos	576

3. Desafios e Perspectivas para o Fortalecimento do Poder Judiciário na Proteção dos Direitos Humanos	579
---	-----

Capítulo 28

A LITIGÂNCIA DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO USO DOS SISTEMAS NACIONAL E INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO

1. Introdução	593
2. A Crescente Incorporação da Gramática dos Direitos Humanos no Contexto da Democratização Brasileira.....	594
3. A Litigância de Interesse Público na Defesa dos Direitos Humanos perante as Cortes Nacionais.....	600
4. A Litigância de Interesse Público na Defesa dos Direitos Humanos perante as Instâncias Internacionais.....	613
5. Conclusões.....	617

Capítulo 29

LEIS DE ANISTIA, DIREITO À VERDADE E À JUSTIÇA: IMPACTO DO SISTEMA INTERAMERICANO E PERSPECTIVAS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO CONTEXTO SUL-AMERICANO

1. Introdução	622
2. Impacto do Sistema Interamericano no Processo de Justiça de Transição no Contexto Sul-Americano	622
3. Proteção dos Direitos à Justiça e à Verdade no Marco da Justiça de Transição no Contexto Sul-Americano	629
3.1. Argentina	630
3.2. Brasil	631
4. Desafios e Perspectivas da Justiça de Transição no Contexto Sul-Americano	637
<i>Referências</i>	641